

Experiências transformadoras

Projetos Sociais de geração de renda: desafios e possibilidades

Social Projects of income generation: challenges and possibilities

Alberto Mesaque Martins¹
Eliete Albano de Azevedo Guimarães¹
Daniela Dias Gomes²
Maria de Lourdes Menezes³
Josélia Oliveira Araújo Firmo¹
Zélia Maria Profeta da Luz¹

¹ Centro de Pesquisas René Rachou (CPqRR) - Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

² Psicóloga Social, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Belo Horizonte-MG

³ Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais

Resumo: Dentre os principais fatores que contribuem para uma melhor ou pior condição de saúde estão as situações econômicas e sociais que vêm sendo apontadas como um dos problemas globais de maior complexidade. Os projetos sociais vêm sendo destacados como importantes dispositivos com potencial de contribuir para a autonomia e protagonismo dos sujeitos na construção coletiva de propostas de ações que visem não apenas a mudança individual, mas, sobretudo, a transformação social, coletiva e comunitária. Na perspectiva da Promoção da Saúde e do Desenvolvimento Social Local e Sustentável apresenta-se um Estudo de Caso do processo de implantação de um projeto social voltado para a construção de alternativas de geração de trabalho e renda em um território caracterizado por vulnerabilidade social. Busca-se ainda discutir os desafios que perpassam o processo de implantação e desenvolvimento de projetos sociais nesses contextos e refletir sobre as contribuições desses dispositivos para a promoção da saúde da população que vive nesses territórios. Ressalta-se a complexidade que permeia o processo de desenvolvimento de projetos sociais e a necessidade de intervenções integradas e intersetoriais que considerem as singularidades de vida e as especificidades dos territórios onde são implementadas.

Palavras-chave: Promoção da Saúde; Renda; Saúde Coletiva.

Abstract: Among the main factors that contribute to a better or worse state of health are the economic and social situations that have been identified as one of the global problems of greater complexity. Social projects have been highlighted as important devices with the potential to contribute to the autonomy and leadership of individuals in the collective construction of proposed actions aimed not only individual change, but, above all, social change, collective and community. From the perspective of Health Promotion and Social Development and Sustainable Local we present a case study of the implementation process of a social project focused on the construction of alternatives to generate employment and income in an area characterized by social vulnerability. We aim also discuss the challenges that permeate the process of implementation and development of social projects in these contexts and to reflect about the contributions of these devices for the promotion of health of the population living in these territories. We emphasize the complexity that permeates the process of social development projects and the need for integrated and intersectoral interventions that consider the peculiarities of life and characteristics of the territories where they are implemented.

Keywords: Health Promotion; Income; Collective Health.

1. Introdução

Dentre os principais fatores que contribuem para uma melhor ou pior condição de saúde estão as situações econômicas e sociais que vêm sendo apontadas como um dos problemas globais de maior complexidade^{1,2}. No Brasil, ainda observa-se a expressiva desigualdade e exclusão social, levando à existência de diferentes realidades em um mesmo território e contribuindo para iniquidades de acesso à saúde³.

Além de viver em condições sociais, ambientais e sanitárias precárias, a população brasileira pobre ainda encontra inúmeras dificuldades de acesso aos serviços públicos, sobretudo aqueles voltados para a assistência à saúde⁴. Desse modo, observa-se a necessidade de maiores investimentos em políticas públicas e programas intersetoriais que possibilitem o desenvolvimento de ações locais de geração de trabalho e renda e favoreçam a melhoria na situação de saúde desta população^{3,4}.

Considerando-se o importante papel que a pobreza desempenha no cenário da saúde, o seu enfrentamento tem sido incorporado no seio das ações governamentais, como por exemplo, na proposta ministerial do “Plano Brasil Sem Miséria”, cujo principal objetivo consiste na elevação da renda e melhoria das condições de bem-estar da população extremamente pobre, incidindo de forma direta nas condições de saúde⁵.

Sem minimizar a importância do papel da variável “renda” nas condições de saúde da população, estudos^{6,7} alertam para a necessidade de se compreender a distribuição dos recursos e bens financeiros como fenômenos sociais e políticos complexos, sustentados por disputas de interesses e jogos ideológicos, atendendo assim às necessidades perversas de um sistema capitalista. Nessa perspectiva, a desigualdade de renda pode ser compreendida como reflexo e ao mesmo tempo como produtora de outras desigualdades que delineiam não apenas um modo de ser, mas lugares distintos em uma sociedade ainda marcada pela divisão hierárquica de classes. As ações de distribuição de renda embora necessárias, não se mostram capazes de sozinhas, minimizar o processo de exclusão social e reduzir os seus efeitos na qualidade de vida das populações marginalizadas⁷.

Portanto, o delineamento de ações que reconheçam a complexidade que permeia a distribuição desigual de renda e o desenvolvimento de estratégias que auxiliem na construção de espaços e ações de enfrentamento das iniquidades em saúde tem se mostrado importante⁴. Dessa maneira, os projetos sociais vêm sendo destacados como importantes dispositivos com potencial de contribuir para a autonomia e protagonismo dos sujeitos na construção coletiva de propostas de ações que visem não apenas a mudança individual, mas, sobretudo, a transformação social, coletiva e comunitária⁸.

Desde o ano de 1994, a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), visando estreitar os laços com os territórios que compõem as comunidades geograficamente situadas em seu entorno, iniciou um processo participativo e intersetorial para análise das demandas locais e o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento das iniquidades de saúde desses contextos⁹. Tais ações foram consolidadas e traduzidas em um plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), construído pelos diferentes sujeitos que vivem/atuam no território de Manguinhos¹⁰.

A partir de 2009 a FIOCRUZ amplia o escopo dessas ações estimulando as suas diversas unidades regionais distribuídas em diferentes estados brasileiros, a desenvolverem projetos e programas sociais, pautados na perspectiva da promoção da saúde e do desenvolvimento local sustentável. Propõe-se a construção de vínculos institucionais e o desenvolvimento de ações com potencial de produzir mudanças qualitativas na situação de saúde nos territórios socialmente vulneráveis¹¹.

Nesse sentido, entre os anos de 2010 a 2013, no Centro de Pesquisas René Rachou (CPqRR)- a Fiocruz em Minas Gerais implantou o “Projeto Farol: pensar e agir para potencializar ações de geração de renda e acesso aos serviços de saúde”. A iniciativa

teve como objetivo a construção participativa e integrada às políticas setoriais locais, de estratégias orientadas para a compreensão do contexto social que promovessem o acesso aos serviços de saúde na atenção primária e potencializassem a geração de renda na Vila Bispo de Maura, comunidade localizada no município de Ribeirão das Neves, Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH-MG).

As ações foram realizadas segundo os pressupostos da Promoção da Saúde¹² (Westphal, 2009) e do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável^{9,10}. Nessa perspectiva o conceito de saúde passa a ser resignificado rompendo com os reducionismos biológicos, revelando o seu caráter político, histórico, cultural e social.

Foram considerados ainda os referenciais da Pesquisa-Intervenção¹³ que apresenta grande conexão com propostas que articulam pesquisa e extensão. Esse marco teórico não se resume em conhecer uma realidade para depois intervir sobre ela. Antes, trata-se do reconhecimento de que, ao aproximar-se do campo e do território de pesquisa, os pesquisadores dispõem um processo de reflexão, resultando em micros e macroprocessos de mudança¹³.

Portanto, o processo de desenvolvimento do Projeto Farol e a sua relação com o contexto de sua implantação é o objetivo deste trabalho. Espera-se com esse estudo, apresentar elementos que possam subsidiar a construção de iniciativas que reconheçam a necessidade de enfrentamento e a redução das desigualdades sociais a fim de garantir a promoção da saúde, a participação popular e o exercício da cidadania da população assistida.

2. Percorso Metodológico

A análise da experiência seguiu a tipologia da análise da transformação da intervenção, de natureza processual, que procura explicar os sucessos, os fracassos e as mudanças do programa, e geralmente, leva em conta percepções que as pessoas têm de sua evolução¹⁴.

Optou-se pela construção de um estudo de caso, tendo em vista a sua indicação na literatura científica da área de avaliação como um dos mais eficazes instrumentos para realização da Análise da Implantação, sobretudo aquela que se debruça sobre a avaliação processual e da implicação da interação entre o contexto e o resultado da intervenção^{15,16}. A partir da reconstrução histórica do processo de planejamento e desenvolvimento das atividades, o estudo de caso favorece trazer à tona elementos que possibilitam ampliar a compreensão crítica do projeto desenvolvido e identificar os fatores que facilitam, dificultam e inviabilizam sua implementação¹⁴. Neste propósito, o Projeto Farol foi a unidade de análise desta pesquisa.

Para construção dos dados, foram considerados registros do processo de execução do Projeto Farol, como atas de encontros e reuniões, memórias de campo, registros eletrônicos, dentre outros. Também foram utilizadas informações que permitissem a caracterização do território onde as ações foram desenvolvidas, como por exemplo, dados históricos e demográficos, disponíveis no site do município.

Para a análise dos dados, no primeiro momento realizou-se uma descrição do projeto, bem como do contexto no qual as intervenções foram desenvolvidas. Em seguida, foi realizada uma análise crítica, à luz dos referenciais teóricos do projeto, buscando levantar evidências sobre a maneira pela qual especificidades do contexto interferem no processo de desenvolvimento da proposta.

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos do Centro de Pesquisas René Rachou, sendo aprovado sob o parecer nº17/2010, em cumprimento da resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

3. Resultados E Discussão

3.1 Conhecendo o território: a Vila Bispo de Maura, Ribeirão das Neves – MG

O município de Ribeirão das Neves encontra-se localizado na região noroeste da Região Metropolitana de Belo Horizonte e é dividido administrativamente em dois distritos: Distrito Sede e Distrito Justinópolis. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, a cidade possui 296.317 habitantes, sendo quase dois terços constituídos por indivíduos na faixa etária entre 20 e 59 anos e 7,1% com mais de 60 anos de idade¹⁷.

Cerca de 42% da população possui até o primeiro ciclo do ensino fundamental completo¹⁷. Mais de 30% dos habitantes têm renda menor que meio salário mínimo e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apurado para a cidade, em 2000, foi de 0,749 o que a coloca em 15º lugar no quadro deste índice para os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), em 289º lugar quando considerado o estado de Minas Gerais e em 1903º lugar à nível nacional¹⁸.

O município ocupa ainda o 6º lugar no ranking de violência e o 9º lugar no índice de exclusão social dentre os 34 municípios da RMBH¹⁸. Ribeirão das Neves também vem sendo apontada como uma das cidades com maior índice de homicídios entre a população jovem, ocupando a 8ª posição no ranking por esse tipo de mortes no estado de Minas Gerais e a 163ª nacionalmente¹⁹.

A cidade possui cinco penitenciárias e um centro de recuperação de jovens adultos, com cerca de 5.000 infratores de diferentes partes do estado cumprindo pena, o que gera estigma para a cidade conhecida como “Cidade Presídio”. Trata-se de uma “cidade dormitório” já que a maior parte dos seus habitantes desenvolvem suas atividades laborais, educativas e de lazer em Belo Horizonte, contribuindo para o sentimento de não-pertencimento ao território onde vivem, potencializado pelo desconhecimento e pelas dificuldades de acesso aos dispositivos socioculturais locais.

A intervenção descrita e analisada nesse estudo foi desenvolvida junto à população da Vila Bispo de Maura, considerada como um assentamento precário e como um dos locais mais pobres e violentos de Ribeirão das Neves - MG. A Vila e suas adjacências (Bairro Santa Fé, Bairro Sônia e Bairro Jardim de Alá) concentram uma população estimada de quinze mil pessoas vivendo em situação de pobreza e pobreza extrema. Esses locais são marcados por altos índices de violência doméstica, pela violência urbana decorrente do uso e do tráfico de drogas, pela vivência sexual precoce – ocasionando elevadas taxas de paternidade e maternidade na adolescência –, pelo trabalho informal e pela exploração sexual. Soma-se a isso a baixa escolaridade, a insuficiente qualificação e capacitação profissional e a dificuldade de absorção da mão de obra local.

3.2 Construção E Desenvolvimento Do Projeto

Considerando-se a necessidade e a importância do trabalho em rede e integrado às políticas e dispositivos sociais locais, na primeira etapa foi construída uma parceria interinstitucional com as Secretarias Municipais de Saúde, de Assistência Social e de Cultura do município de Ribeirão das Neves, além de outros agentes institucionais que atuavam no território.

Desse modo, a parceria foi estendida à Associação de Moradores e Amigos do Bairro Tancredo Neves e adjacências (AMATAN) bem como à Associação Preparatória de

Cidadãos do Amanhã¹ (APRECIA). Estas instituições foram convidadas a compor o grupo de coordenação e acompanhamento deste eixo do projeto, reafirmando o seu caráter dialógico, participativo e intersetorial.

A primeira reunião para a discussão com a comunidade ocorreu em julho de 2010 na própria AMATAM e contou com cerca de 40 pessoas. Os moradores da Vila Bispo de Maura foram convidados a participar de um encontro entre a comunidade e a equipe de coordenação, através de contato de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) que atuam nas Equipes de Saúde da Família (ESF) do território. Neste encontro realizou-se um levantamento das principais necessidades sentidas e identificadas pela comunidade bem como os recursos, ações e dispositivos sociais já existentes.

As intervenções voltadas para os problemas sociais devem partir de uma demanda reconhecida e legitimada pela própria comunidade¹³. Entretanto, em alguns casos, sobretudo em contextos marcados por processos de exclusão social, assujeitamento e dominação é recorrente que as demandas comunitárias sejam silenciadas, sendo necessário então que a equipe de pesquisa/intervenção atue na sua identificação ou mesmo em sua construção. Tratando-se do projeto social em análise, a demanda identificada pela equipe de pesquisa foi discutida e problematizada nesse primeiro encontro, através da valorização da palavra dos diferentes sujeitos e na atitude de abertura às suas queixas e constatações alicerçadas nas suas experiências pessoais e comunitárias cotidianas.

Os moradores chamaram a atenção para o grande número de jovens ociosos na Vila, seja por abandono da escola ou ainda pelas dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal, frequentemente atribuída à baixa qualificação profissional. Os moradores destacaram que as ações de geração de renda no território deveriam estar voltadas para o público jovem e possibilitar a realização das atividades na própria comunidade, sem demandar a saída dos mesmos para outras cidades. Nesse sentido, observou-se a possibilidade de realização de cursos de formação nas áreas de Cabeleireiro.

Para desenvolvimento da formação foi contratada uma educadora que, além de habilidades e competências técnicas na área de estética e beleza, possuía experiência no desenvolvimento de ações voltadas para inserção social, cidadania e valorização da cultura afro. O curso teve duração de 200 horas/aula e articulava aulas práticas, teóricas, além de reflexão sobre as questões étnicas e raciais. O mesmo contou com a participação inicial de 24 pessoas e posteriormente com 15 adolescentes e uma mulher adulta, sendo todas, residentes na Vila Bispo de Maura e suas adjacências.

Concomitante às atividades de formação foram realizadas rodas de conversas onde eram discutidas temáticas relacionadas à cidadania, violência, gênero e sexualidade, promoção da saúde, dentre outros temas geradores emergentes do próprio grupo.

Toda a discussão referente ao andamento e organização do curso era feita com a participação ativa das jovens/integrantes. As regras de convivência foram construídas e pactuadas pelas alunas, tendo como mediador um integrante do grupo de coordenação do projeto. Além das aulas na AMATAM, as jovens participaram de eventos públicos, possibilitando o acesso a ações socioculturais bem como o exercício das atividades desenvolvidas na formação.

Após a conclusão do curso foi construído de forma participativa um empreendimento intitulado "Salão de Beleza AFROARTE", organizado segundo os princípios da Economia Solidária²⁰ que, apresenta-se como uma nova proposta de

¹ Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPI) que já atuava no território de Ribeirão das Neves desenvolvendo projetos na perspectiva da Economia Solidária, com financiamento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI).

geração de renda, alternativa e contrária aos modos de produção capitalista hegemônico. Enquanto neste último as atividades econômicas encontram-se pautadas na competitividade, desigualdade, na expropriação e abuso de poder de uns sobre os outros visando o aumento dos lucros financeiros, a perspectiva da Economia Solidária apresenta-se fundamentada na autonomia, cooperação, colaboração, igualdade, solidariedade e no fortalecimento dos vínculos coletivos e humanitários²¹.

Embora possua entre os seus objetivos a geração e elevação de renda, a Economia Solidária não se restringe apenas no acúmulo dos recursos financeiros e produção de novos consumidores para o mercado. Antes, tem como objetivo a melhoria e transformação das condições de vida, o resgate da justiça social e dignidade humana, bem como a produção de novas relações sociais entre sujeitos e entre estes e o meio ambiente^{20,21}. Ao final, o empreendimento solidário foi nomeado pelos participantes como "Salão AFROARTE", sendo inaugurado em de outubro de 2011.

Na Figura I são retratados os principais elementos que compuseram a intervenção e ilustram graficamente os seus aspectos básicos desde o seu planejamento até os resultados esperados em curto e longo prazo.

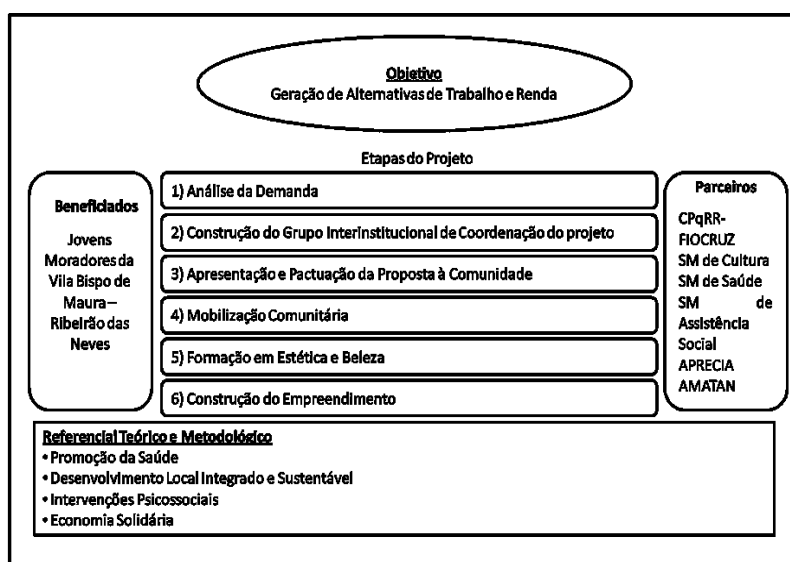


Figura I – Sistematização do Projeto Farol

3.3 Desafios Para Desenvolvimento Do Projeto

Um importante elemento a ser considerado na implantação do Projeto Farol refere-se ao fato de tratar-se da primeira iniciativa do gênero na Vila Bispo de Maura. Durante os encontros com os jovens e com os moradores constatava-se o sentimento de abandono vivenciado pela comunidade em relação ao Estado, tanto no que refere às políticas de trabalho e renda, bem como em outros setores, como por exemplo, a dificuldade de acesso à única Unidade Básica de Saúde (UBS) da comunidade, que segundo relato dos participantes, possuía alta rotatividade de profissionais, além da incipiência de insumos, o que contribuía para a migração dos moradores para o centro da cidade ou mesmo para a capital.

Evento semelhante se repetia no âmbito das ações culturais e de educação formal. No âmbito da educação, chama a atenção o fato de que as poucas escolas existentes encontravam-se localizadas no entorno da comunidade. Nesse sentido, apesar

da constatação de inúmeros problemas sociais na Vila, a mesma ainda possuía um caráter de invisibilidade para os formuladores de políticas públicas.

O sentimento de abandono, vivenciado pelos moradores parece ter refletido na relação dos jovens com a equipe integrante do projeto, traduzindo na dificuldade de construção de vínculos e dos laços de confiança. Desse modo, ao mesmo tempo em que o projeto era percebido como uma possibilidade de mudança, ele também era representado como uma oferta de instituições que até então os negligenciavam, gerando assim, dúvidas e desconfiança, que configuram como grandes desafios para o desenvolvimento do projeto.

Outro elemento a ser considerado refere-se o fato de que o projeto foi desenvolvido a partir da articulação entre diferentes atores e instituições, ou seja, a partir da interface entre atores com objetivos, missões, metodologias e tempos de trabalho distintos. De forma semelhante, o trabalho em rede, tanto no que se refere às instituições parceiras, bem como, destas com os moradores e lideranças comunitárias locais, consistia em uma proposta inovadora e ainda não experienciada pela equipe. Resultados semelhantes vêm sendo descritos na literatura apontando para os desafios que perpassam o desenvolvimento de trabalhos intersetoriais e integrados, frequentemente marcados por embates ideológicos e conflitos de interesse²²⁻²⁴.

Por outro lado, a inserção do empreendimento na própria comunidade trouxe benefícios visíveis para o projeto. A proximidade do estabelecimento das residências dos jovens favoreceu a organização dos horários de trabalho e a articulação com a vida doméstica de cada uma. Nesse sentido, foi criada uma escala de trabalho de modo que o salão passou a funcionar de quinta a sábado, semanalmente. A localização, próxima à entrada da Vila e de frente a uma das principais vias de acesso e saída para outros bairros, favoreceu a mobilização dos próprios moradores que passaram a frequentar o salão, possibilitando a circulação de recursos na comunidade.

O desenvolvimento das ações de geração de renda, sobretudo, a construção de habilidades relacionadas à gestão e empreendedorismo do Salão de Beleza também se configurou como um importante desafio a ser superado. Conforme já apontado, o projeto esteve ancorado nos pressupostos da Economia Solidária, que tem por objetivo a melhoria e transformação das condições de vida, o resgate da justiça social e dignidade humana, bem como a produção de novas relações sociais entre sujeitos e entre estes e o meio ambiente^{20,21}.

Mais do que uma ideologia utópica, trata-se de um movimento instituinte que se contrapõe ao sistema capitalista, naturalizado e disseminado em todos os setores da sociedade contemporânea, inclusive nas camadas populares que mais sofrem com o processo de alienação. Para atingir seus objetivos, propõe-se a construção de novos modos de organizar, desenvolver e avaliar as atividades de trabalho, valorizando-se a participação coletiva, a autogestão e a construção de vínculos entre estes empreendimentos e os territórios onde estão inseridos²⁰.

Todavia, tendo em vista seus objetivos e pressupostos teóricos, o desenvolvimento de práticas orientadas pelos referenciais da Economia Solidária ainda apresentam-se como um grande desafio²⁵. O modo de produção capitalista e sua influência nas formas de organização dos processos de trabalho passam a orientar uma ética individualista, consumista e imediatista, dificultando a abertura dos sujeitos a perspectivas coletivas, participativas e que não se ancoram em premissas estritamente econômicas.

Essa dificuldade foi vivenciada pelo grupo revelando a complexidade que permeia a apropriação de uma nova perspectiva de trabalho, consumo e geração de renda. Deve-se considerar que as jovens que compuseram o Salão Afroarte co-existiam em um contexto marcado pela disputa e fragilidade de vínculos, orientadas por uma ética individualista ("cada um por si e Deus por todos"), necessária para organização da vida nesse contexto específico. Soma-se ainda o fato de que todas as participantes possuem condições de vida precária, incipiência de recursos financeiros e a urgência de

suprir necessidades básicas, produzindo assim a demanda por uma outra forma de trabalho.

Percebe-se então a necessidade de se levar em conta os sentidos atribuídos à solidariedade, construídos em um contexto sócio-histórico onde esse princípio é pouco utilizado e valorizado. Nesse sentido, a construção de laços e de vínculos no grupo de participantes esteja atravessada pela maneira como os vínculos são constituídas na comunidade e apontaram a necessidade de reformulações na proposta de trabalho.

Embora discutidos e pactuados com o grupo, a partilha dos lucros e a divisão das responsabilidades configuraram-se como um grande desafio, levando à desistência de 06 jovens. Observou-se então a dificuldade de algumas participantes incorporarem os princípios da Economia Solidária, demonstrando grande dificuldade de trabalhar na perspectiva coletiva, optando por desenvolver as atividades de forma autônoma e individual. Dificuldades semelhantes vêm sendo encontradas na literatura referente a outros grupos de Economia Solidária^{26,27}.

Entretanto, é preciso considerar que o salão foi instalado em uma comunidade pobre e, portanto, com baixa disponibilidade de recursos para investimento em serviços como os de estética e beleza, ainda que a preços populares. Por outro lado, o desejo de abrir o próprio negócio, ainda que de forma ingênua e individual, podem ser percebidos como indicadores de construção da autonomia e empoderamento das participantes. Antes, com poucas perspectivas de geração de renda estas jovens passam a vislumbrar um novo horizonte e uma nova perspectiva de projeto de vida.

De forma semelhante, outro elemento parece ter dificultado a apropriação dos pressupostos da Economia Solidária. Diferentemente de outras experiências do gênero frequentemente voltadas para grupos de adultos e aposentados, o Salão Afroarte foi composto por adolescentes e jovens, em processo de entrada para o mercado de trabalho, imersas em contexto que produz subjetividades imediatistas e indivíduos consumistas. Nesse sentido, a urgência de retorno financeiro para acesso aos bens socialmente valorizados e apregoados pelo capitalismo, parece ter sido inviabilizada pela implementação, processual, de um novo empreendimento, orientada por uma perspectiva inovadora como a Economia Solidária.

Ainda nessa direção, a instabilidade dos relacionamentos conjugais das participantes, a constituição de suas famílias (casamentos, nascimento de filhos, separações conjugais, dentre outros), em muitos, momentos apontaram para novas necessidades e reorganização de suas prioridades. Soma-se ainda a violência física e simbólica que as mesmas estiveram expostas, sobretudo com seus companheiros. É preciso levar em conta que o acesso a renda incide diretamente nas relações de poder entre homens e mulheres, já que essas últimas poderiam não se sentir tão dependentes dos mesmos, o que poderia resultar em autonomia e empoderamento, inaceitáveis para um cenário marcado pelas desigualdades de gênero.

Observa-se então que as dificuldades encontradas pelas jovens encontram-se fortemente articuladas ao contexto no qual a intervenção foi desenvolvida. Desse modo, percebe-se que por se tratar de um grupo de mulheres submetidas muitas vezes a atos de violência e simbólica com seus parceiros, pobres e negras parece ter contribuído para dificuldades de desenvolvimento de atitudes empreendedoras e de gestão pelas jovens participantes. Tais dificuldades precisam ser contextualizadas e historicizadas, retirando assim a ênfase dos indivíduos e passando a compreendê-las como processos que se constituem em uma esfera mais ampla, produto e produtora de modos de produção de existência desiguais e discriminatórios⁷.

Nesse sentido, observa-se a necessidade de que a implantação dos projetos sociais leve em conta a dimensão do tempo, ou seja, o empoderamento dos sujeitos e a promoção da autonomia referem-se a fenômenos complexos e que não podem ser obtidos a curto prazo. Por outro lado é recorrente que o repasse de recursos para desenvolvimento de projetos e programas sociais sejam orientados por premissas que

desconsideram a sua complexidade. Assim, são recorrentes as solicitações de que os mesmos sejam executados em um curto período de tempo, desconsiderando o fato de que as mudanças sociais referem-se a um processo cuja temporalidade nem sempre pode ser prevista ou mesmo quantificada previamente.

Por fim, um outro desafio encontrado durante esse processo, foi a dificuldade de divulgação da perspectiva da beleza afro na comunidade onde o Salão esteve localizado. Nesse sentido, percebia-se uma maior procura de cliente que valorizavam um padrão de beleza hegemônica e largamente difundida nas mídias, sobretudo a televisiva. Desse modo, observou-se uma desvalorização dos penteados afro e uma grande procura pelos alisamentos e outros procedimentos que propunham a adaptação ao modelo hegemônico.

Os desafios aqui apresentados apontaram para a necessidade de reformulações no escopo do projeto, buscando assim potencializar as suas ações e garantir a sua autossustentabilidade. Era recorrente a realização de atendimentos de beleza esporádicos nos próprios domicílios, ou seja, havia um maior número de clientes que solicitavam que a cabeleireira atendesse em sua residência ou que, por questões de tempo, preferiam se dirigir diretamente à casa da mesma.

Ao final, percebeu-se a necessidade de reformulação da proposta, de modo que o Salão de Beleza, enquanto um empreendimento solidário foi resignificado dando lugar a um Salão de Beleza Escola, constituído numa parceria com outros dispositivos sociais. A proposta, em andamento, vem apontando alguns benefícios: a formação das jovens para atuar em diferentes linhas da estética e cosmética; maior autonomia para gerenciamento do próprio negócio, adaptação aos modos de vida e produção locais.

4. Considerações Finais

O processo vivenciado na comunidade com o Projeto Farol aponta para a complexidade que permeia o processo de planejamento e desenvolvimento de ações intersetoriais em saúde, especialmente aquelas realizadas em contextos marcados por pobreza e vulnerabilidade social. O estudo do contexto e dos modos como as interações são estabelecidas no território onde as intervenções são realizadas mostraram-se como importantes elementos de análise, produzindo a necessidade de mudanças e adequações às singularidades de cada contexto.

Mais do que um conjunto de atividades técnicas e profissionalizantes, as ações esbarram em fenômenos como a desigualdade e a exclusão social que exigem dos gestores e dos formuladores de projetos um olhar crítico, politizado e contextualizado, evitando assim a culpabilização da população pelo fracasso e/ou não adesão às ações oferecidas.

Portanto, torna-se necessário ampliar o escopo da avaliação de projetos sociais para além da dimensão econômica, por meio da construção de indicadores qualitativos que considerem o contexto e o território de desenvolvimento das intervenções. Embora importante, restringir a análise a indicadores numéricos pode abafar os elementos políticos e psicossociais que atravessam o processo de desenvolvimento dos projetos, minimizando assim as possibilidades de mudança e transformação social.

5. Agradecimentos

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo financiamento e à Fundação Oswaldo Cruz pelo apoio à execução do trabalho. Também agradecem às jovens participantes do projeto e às instituições parceiras: Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves, Associação de Moradores e Amigos

do Bairro Tancredo Neves e Adjacências (AMATAN), bem como à Associação Preparatória de Cidadãos do Amanhã (APRECIA).

6. Referências Bibliográficas

1. Noronha KVMS, Andrade MV. Desigualdades sociais em saúde e na utilização dos serviços de saúde entre os idosos na América Latina. *Rev Panam Salud Publica* 2005; 17(5/6): 410-8.
2. Buss PM, Pellegrini Filho A. A Saúde e seus Determinantes Sociais. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva* 2007;. 17(1):77-93.
3. Silva MOS. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. *Rev Katálysis* 2010; 13(2): 155-63.
4. Buss PM. Globalização, pobreza e saúde. *Ciênc. saúde coletiva* 2007; 12(6):1575-89.
5. Brasil. Ministério da Saúde. Plano Brasil Sem Miséria. Brasília-DF, 2010.
6. Almeida Filho N. A problemática teórica da determinação social da saúde (nota breve sobre desigualdades em saúde como objeto de conhecimento). *Saud. Debate* 2009; 33: 349-70.
7. Souza J. (Org.). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
8. Feijó MR, Macedo RMS. Família e projetos sociais voltados para jovens: impacto e participação. *Estud. Psicol* 2012; 29(2):193-202.
9. Buss PM. Enfrentando a pobreza através da parceria Estado-Comunidade: desenvolvimento local integrado e sustentável em Manguinhos. *Cad Oficina Social* 2000; 5:163-77.
10. Bodstein R, Zancan L, Ramos CL, Marcondes WB. Avaliação da implantação do programa integrado em Manguinhos: impasses na formulação de uma agenda local *Ciênc. saúde coletiva* 2004; 9(3):593-604.
11. Fiocruz. Fundação Oswaldo Cruz. Coordenadoria de Cooperação Social. Edital para seleção de projetos de Cooperação Social para desenvolvimento territorializado – CSDT/FIOCRUZ - 01/2009. Rio de Janeiro, 2009.
12. Westphal MF. Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças. In: Campos GWS, Minayo MCS, Akerman M, Drumond Junior M, Carvalho YM. (Orgs.) *Tratado de Saúde Coletiva*. 2 ed. São Paulo-Rio de Janeiro: Editora Hucitec-Editora FIOCRUZ, 2009. p. 635-668.
13. Machado MNM. *Práticas psicossociais: pesquisando e intervindo*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2004.
14. Champagne F, Brousselle A, Hartz Z, Contandriopoulos AP, Denis JL. A Análise da Implantação. In: Brousselle A, Champagne F, Contandriopoulos AP, Hartz Z. (Orgs.). *Avaliação: conceitos e métodos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. p.61-74.
15. Denis JL, Champagne F. Análise de implantação. In: Hartz ZMA (Org.). *Avaliação em Saúde: Dos Modelos Conceituais à Prática na Análise da Implantação de Programas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ABRASCO. 1997. p. 49-88.
16. Yin RK. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
17. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Censo Populacional 2010*. Brasília – DF, 2010.
18. Amorim R, Pochmann M. *Atlas da exclusão social no Brasil*. Cortez: São Paulo, 2003.
19. Waiselfisz JJ. *Mapa da Violência 2013: homicídios e juventude no Brasil*. CEBELA/FLASCO: Rio de Janeiro, 2013.
20. Singer, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.
21. Veronesse MV. *Psicologia Social & Economia Solidária*. São Paulo: Ideias & Letras, 2008.

22. Junqueira RGP. Agendas sociais: desafio da intersectorialidade na construção do desenvolvimento local sustentável. *Rev Adm Pub*, 34(6):117-30, 2000.
23. Lopes RE, Malfitano APS. Ação social e intersectorialidade: relato de uma experiência na interface entre saúde, educação e cultura. *Interface - Comunic., Saude, Educ.* 2006; 10(20): 505-15.
24. Monnerat GL, Souza RG. Da seguridade social à intersectorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil. *Ver. Katálysis* 2011; 14(1): 41-9.
25. Singer P. É possível levar desenvolvimento a comunidades pobres? In: Mello SL, Barbieri EM, Sigolo VM. (Orgs.) *Economia Solidária e Auto Gestão: encontros internacionais*. v. 2. São Paulo: NESOL-USP, TCP-USP, 2007.
26. Franca Filho GC. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. *Soc Estado* 2001; 16(1-2): 245-275.
27. Singer P. Economia solidária. *Estud. avançados* 2008; 22(62):289-314.

Artigo Recebido: 19.05.2015

Aprovado para publicação: 10.05.2016

Alberto Mesaque Martins

Av Augusto de Lima, 1715 – Bairro Barro Preto – Belo Horizonte – Minas Gerais - Brasil

CEP: 30190-002 - Tel: (31)3349-7722 – (31)98873-5553

Email: albertomesaque@yahoo.com.br
